



Protocolo 2.950/2023

Assunto: **Diversos - Licitações**

Via 1/2

Campo Bom/RS, 09 de Março de 2023 às 15:24

De:

**Bruna Rodrigues Magnan da Costa - CPF
040.189.910-10**

digitado por Vanessa Silva Dos Santos em **SMF-
PROT - Protocolo Geral**

Para:

ADM-CCL-ENT - Entradas

SMF-PROT

Esta documentação faz parte do Protocolo 2.950/2023



**EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM/RS**

CONCORRÊNCIA Nº 001/2023

INDÚSTRIA METALÚRGICA CROMO A VÁCUO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 24.520.475/0001-77, com sede na Avenida dos Municípios, nº 4340, Bairro 25 de Julho, na cidade de Campo Bom, RS, por intermédio de sua sócia administradora Brenda Macagnan da Costa, vem, respeitosamente, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO

interposto por **TELAS TELAR PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA.**, na Concorrência Pública nº 001/2023, pelos seguintes motivos:

I - DOS FATOS

Com fundamento nas disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e na Lei Municipal nº 5.272/22, o Município de Campo Bom abriu, na modalidade de Concorrência Pública, do tipo Melhor Técnica, seleção de pessoas jurídicas de direito privado para a doação com encargos, de 06 (seis) imóveis municipais.

No dia 27 de fevereiro de 2023, data designada para o julgamento da documentação, a Comissão Permanente de Licitações declarou a ora recorrida **INDÚSTRIA METALÚRGICA CROMO A VÁCUO LTDA**, habilitada por atender plenamente os requisitos constantes no edital. Outras empresas também foram habilitadas, mas diversas foram inabilitadas por não apresentarem todos os documentos em conformidade com o solicitado no edital.

Por discordar do resultado do certame, e muito embora a recorrente também tenha sido habilitada, a empresa **TELAS TELAR PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA.**, interpôs recurso administrativo, apontando, em seu entendimento, existirem diversas "irregularidades" nos procedimentos relativos à concorrência pública em relação às demais empresas habilitadas.

II – PRELIMINARMENTE.

A - DO ERRO NA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO

No início de sua peça recursal, a recorrente diz expressamente:

“A Prefeitura Municipal de Campo Bom/RS, tornou pública a realização de licitação, na modalidade Concorrência de Preços do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a “contratação de empresa especializada com responsabilidade técnica, material e mão de obra para execução do loteamento vida nova, conforme projetos, memoriais descritivos, especificações, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro, conforme especificações do edital e seus anexos”.

Entretanto, há um erro insanável no ponto, pois o texto do recurso se refere a alguma outra licitação, e não aquela que foi objeto da concorrência em discussão.

No presente caso, se tratou de uma licitação, na modalidade de Concorrência Pública (e não de concorrência de preços), do tipo Melhor Técnica (e não de Menor Preço Global), com objetivo de seleção de pessoas jurídicas de direito privado para a doação com encargos, de 06 (seis) imóveis municipais, para proporcionar a empreendedores privados a instalação de plantas industriais de segmentos diversos, voltadas ao desenvolvimento, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Termo de Referência (e não de contratação de empresa especializada com responsabilidade técnica, material e mão de obra para execução do loteamento vida nova).

ANTE O EXPOSTO, e diante da existência de erro crasso nas razões do recurso administrativo interposto pela recorrente TELAS TELAR, a ora recorrida requer seja o recurso rejeitado sumariamente, sem análise do mérito, como medida de Justiça.

B – DA FALTA DE INTERESSE RECURSAL

O direito de recurso depende da análise de diversos pressupostos que buscam verificar não só sua existência, mas também a regularidade de seu exercício.

Nesse sentido, pode-se destacar que o juízo de admissibilidade dos recursos administrativos compreende o exame acerca de alguns elementos, a título de exemplo: cabimento, legitimidade, interesse (demonstração da necessidade de interpor um recurso para a modificação da decisão),



tempestividade (o recurso precisa ser interposto no prazo legalmente previsto), regularidade formal (há regras formais a serem observadas para garantir, inclusive, a compreensão da postulação recursal), dentre outros.

Pelo que se depreende, a recorrente foi HABILITADA e também vitoriosa no certame, logo, parece-nos que ela não tem interesse recursal, pois o interesse recursal pressupõe a possibilidade de obtenção de posição mais favorável à esfera jurídica do próprio recorrente, quando cotejada com a decisão proferida no certame litigatório, o que, s.m.j. não se faz presente.

Em síntese, não se reconhece o interesse da TELAS TELAR em recorrer de decisão que lhe foi favorável.

ANTE O EXPOSTO, pelos argumentos aqui expostos, a recorrida requer seja negado provimento ao recurso, por falta de interesse recursal da recorrente.

III - DO DIREITO

Com todo respeito, em relação aos argumentos recursais apresentados pela recorrente TELAS TELAR, tentando desqualificar a regularidade da documentação apresentada pela ora recorrida, dizendo no item “3” que a documentação estaria incompleta, não atendendo, assim, em seu entender, o que determinava o item 4.3.2 do edital, cumpre rejeitar a pretensão pelos argumentos que seguem:

Como muito bem-dito pela própria recorrente, a Comissão Permanente de Licitação não pode se afastar das disposições do edital para proferir o seu julgamento, bem como, *“não pode se afastar das regras por Ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório”* (sic), *“para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes”* (sic).

E, no ponto, cumpre lembrar o que dispôs o Edital a respeito da documentação que deveria ser apresentada pelo interessado:

4.3.2 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis, o Balanço Patrimonial deverá estar transcrito no Livro Diário e esse registrado no órgão público competente e, para comprovação, deverá ser anexado o termo de abertura e encerramento do Livro Diário; é vedada a apresentação de balanços provisórios ou balancetes; quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, os balanços poderão ser atualizados, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DE MERCADO - IGP-M,



publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, ou de outro indicador que o venha substituir;

E a recorrida apresentou toda a documentação exigida pelo item 4.3.2 do Edital, razão pela qual possui todos os atributos legais para ser mantida a sua habilitação na concorrência, por ter atendido todos os requisitos do certame.

Aliás, **este foi o entendimento e a conclusão dos membros da Comissão Permanente de Licitações** ao procederem ao julgamento dos documentos de Habilitação apresentados pelos licitantes participantes do certame, conforme expressamente constou na Ata de Julgamento da Fase de Habilitação.

Segundo diz a recorrente, a recorrida não teria juntado o Termo de Autenticação do Livro Digital e o recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital, entretanto, tais documentos não foram referidos no Edital, logo, sua eventual não anexação não poderá servir de argumento para a desqualificação da recorrida.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é consequência do princípio da legalidade e impõe às partes a necessidade de observarem as normas estabelecidas no edital, sempre de forma objetiva, velando pela isonomia e competitividade na busca da seleção dos aprovados conforme termos do edital. Logo, eventual desclassificação de empresa participante de processo licitatório sob a justificativa de que não teria apresentado documento que não estava contido no edital, seria absolutamente ilegal.

Como já dito, a comissão analisadora da documentação não pode se afastar das disposições do edital para proferir o seu julgamento, isto porque se tornaria um ato ilegítimo.

Mesmo assim, cumpre lembrar que a documentação *"é o conjunto de comprovantes da capacidade jurídica, da regularidade fiscal, da capacidade técnica e da idoneidade financeira que se exige dos interessados para habilitarem-se na licitação"*. (Licitação e Contrato Administrativo, RT, 8ª ed. p. 119, autor Hely Lopes Meirelles).

A Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Nacional n.º 8.666/1993) estabelece que a documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á, dentre outros aspectos, ao *"balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios,*



podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta” (art. 31, inciso I).

Percebe-se que o supracitado dispositivo exige que o Balanço Patrimonial seja apresentado conforme determina a legislação aplicável. No presente caso, a recorrida apresentou a documentação na forma exigida no edital e pela lei, ou seja, com os termos de abertura e encerramento que o edital pede, e com registros (ao rodapé de cada página) confirmando que tudo está devidamente protocolado e arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, protocolo nº 23/040.056-6.

Além disso, a simples não apresentação de documentos complementares seria considerada falha sanável, que deve ser objeto de diligência nos termos do art. 43, §3º, da Lei Nacional nº 8.666/93, ainda mais quando referidos documentos não foram exigidos pelo edital.

Como se vê, por todos os argumentos apresentados, improcede o recurso administrativo apresentado pela recorrente TELAS TELAR, devendo ser integralmente rejeitado, mantendo-se íntegra a habilitação da ora recorrida, em respeito às regras do edital.

IV - DOS PEDIDOS

Isto posto, a recorrida aguarda serenamente que as contrarrazões ora apresentadas, sejam detida e criteriosamente analisadas, e ao final, seja negado provimento ao recurso interposto por TELAS TELAR, para o fim de manter a recorrida habilitada na Concorrência Pública nº 001/2023 deste Município.

Nesses Termos,

Pede Deferimento.

Campo Bom, 09 de março de 2023.

Brenda H. da Costa
INDUSTRIA METALÚRGICA CROMO A VÁCUO LTDA

Sócia Administradora Brenda Macagnan da Costa

CPF nº 043.978.160-42

